



Tribunal de Contas

Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

*Anna Karyne Padilha
Chefe de Gabinete*

Conselheiro Substituto João Batista de Camargo Júnior -TCE-MT

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

“Controle da Administração Pública é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de poder.” Carvalho Filho

OBJETIVO DO CONTROLE

Garantir que os administradores públicos atuem em consonância com princípios basilares da Administração Pública, tais como: legalidade, moralidade, imparcialidade, eficiência, dentre outros.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (art. 70)

Será realizada a fiscalização: contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

De quem: União, Estados, DF e Municípios (Administração Direta e Indireta).

Quanto aos aspectos: da legalidade, legitimidade, economicidade.

Por quem:

**Congresso Nacional - Controle Externo (Titular);
Cada Poder - Sistema de Controle Interno.**

OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS (ART. 70, PARÁGRAFO ÚNICO DA CF/1988)

Qualquer pessoa, física ou jurídica, **pública** ou **privada** que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos.

Os órgãos públicos são obrigados a fornecer regularmente informações aos Tribunais de Contas acerca da aplicação dos recursos públicos.

FORMAS DE CONTROLE

CONTROLE INTERNO

CONTROLE EXTERNO

CONTROLE SOCIAL

CONTROLES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

INTERNO

- Realizado pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada, no âmbito da própria administração;
- Tem como principal função apoiar o controle externo;
- Exercido de forma integrada entre os Poderes;
- Responsabilidade solidária dos responsáveis pelo controle interno.

EXTERNO

- Fiscalização externa dos atos da administração pública;
- Realizado por órgão estranho à Administração responsável pelo ato controlado.

Ex: controle do Judiciário sobre os atos do Executivo em ações judiciais; sustação de ato normativo do Poder Executivo pelo Legislativo.

CONTROLES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SOCIAL

- Qualquer cidadão individualmente; ou
- Por intermédio de atuação junto aos conselhos municipais (missão de fiscalizar a gestão pública na sua área específica de atuação - conselho de saúde, educação, assistência social, etc.)

COMO?

Denunciando ao Tribunal de

**Contas sobre irregularidades
na aplicação dos recursos públicos.**

ESPAÇO DO CIDADÃO

<http://cidadao.tce.mt.gov.br>



MENU

Anexos da Lei 4320/64

Audiências Públicas

Atos de Pessoal

Contas Anuais

Despesas

GEO-OBRAS

Governo Transparente

Indicadores

Julgamentos

Licitação

Limites da LRF

Políticas Públicas

Políticas Públicas Segurança

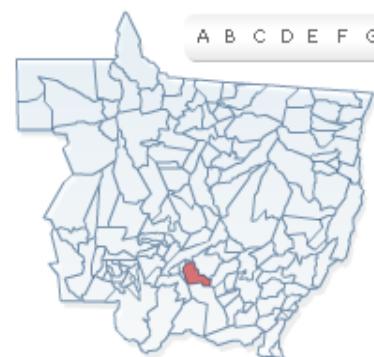
Receitas

Relatórios Extraordinários

Remessas do Aplic

RECEITA
 Faça o seu cadastro
 na Rede Cidadão

CIDADÃO / CARA



Espaço do Cidadão

A B C D E F G H I J L M N O P Q R S T U V X Z

Espaço do Cidadão

A sociedade tem o direito e o dever de intervir nas políticas públicas através da interação com o governo, ajudando a definir as prioridades dos gastos públicos. Além disso, o cidadão também deve acompanhar a execução das ações e pode avaliar se os objetivos das políticas públicas foram alcançados com resultados concretos retornados para a sociedade.

O Tribunal de Contas, como instrumento de cidadania, estimula a sua participação disponibilizando informações neste espaço - Espaço do Cidadão - para que você possa fazer o controle social dos gastos públicos realizados no seu município e no Estado de Mato Grosso. Escolha no menu ao lado as informações sobre o governo municipal ou estadual e exerça a sua cidadania.

Participe.

Aqui você é o fiscal!



Receita



Despesa

Políticas Públicas
Saúde e EducaçãoPolíticas Públicas
Segurança

IDEB

Consulta de
Obras Públicas

Decisões do TCE



Limites da LRF



Pesquisas e Serviços

Espaço do Cidadão

Espaço do Fiscalizado

Portal Transparência/SIC

PDI

Receitas

Relatórios Extraordinários

Remessas do Aplic

Exerça a sua
cidadaniaO dinheiro público
é de todos.

Institucional

Conheça o Tribunal

História

Composição

Ministério Público de Contas

Pesquisas e Serviços

Processos

Jurisprudência

Decisões em Consulta

Legislação e Normativos

Transparência

Consulta por assunto

Solicitação de Informação

Dúvidas Frequentes

Unidades de Atendimento

Imprensa

Notícias

Artigos

Publicações

TV Contas

Escola de Contas

Eventos

Ensino a Distância do TCE

Cursos

Certificados



← → C 🔍



Pesquisas e Serviços

Espaço do Cidadão

Espaço do Fiscalizado

Portal Transparência/SIC

PDI

MENU

Audiências Públicas

Atos de Pessoal

Contas Anuais

Despesas

GEO-OBRAS

Glossário

Governo Transparente

Indicadores

Índice IGFM TCE-MT

Índice IGF TCE-MT

Julgamentos

Licitação

Limites da LRF

Perguntas e Respostas

Políticas Públicas

Políticas Públicas Segurança

Receitas

Fiscalizando: CUIABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABA

[escolher outro município](#)

População: 551098 hab.

Território: 3362.755 (km²)

Ano Base: 2010 (IBGE)



O TCE-MT, como instrumento de cidadania disponibiliza sem qualquer juízo de valor as despesas municipais informadas pelos gestores, por meio do sistema APLIC.

Selecionar uma Unidade Gestora para fiscalizar

Opções

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABA

Exercício: 2014

Consulta realizada em: 19/03/2015 - 16:10

Total Arrecadado



MÊS

VALOR
ARRECADADO



Limites da LRF

Perguntas e Respostas

Consulta realizada em: 19/03/2015 - 16:10

Políticas Públicas

Políticas Públicas Segurança

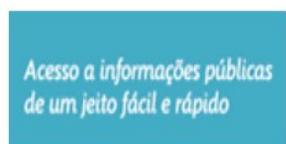
Receitas

Relatórios Extraordinários

Remessas do Aplic



*O dinheiro público
é de todos.*



MÊS	VALOR ARRECADADO
JANEIRO	116.824.199,02
FEVEREIRO	86.054.203,16
MARÇO	87.122.008,52
ABRIL	101.254.312,51
MAIO	157.265.115,34
JUNHO	86.219.965,87
JULHO	101.321.123,96
AGOSTO	100.997.671,23
SETEMBRO	92.667.936,74
OUTUBRO	94.532.527,84
NOVEMBRO	91.349.208,36
DEZEMBRO	118.687.659,51
TOTAL	1.234.295.932,06



* Valor arrecadado até DEZEMBRO



JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ TOTAL

2 3 4 5

JULHO	101.321.124,00
+ RECEITAS CORRENTES	109.031.328,34
+ RECEITA TRIBUTÁRIA	37.059.848,04
+ IMPOSTOS	35.317.553,33
+ IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	13.191.136,06
+ IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	7.905.637,98
+ IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	2.034.557,12
+ IMP. S/ TRANSF. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS S/ IMÓVEIS	3.250.940,96
+ IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	22.126.417,27
+ IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	22.126.417,27
+ TAXAS	1.742.294,71
+ TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER POLÍCIA	1.168.054,70
+ TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	106.646,73
+ TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	95.322,24
+ TAXA DE LIC. P/ FUNC. DE ESTAB. COM. IND. E PRESTADORAS DE SERVIÇOS	659.952,55

Espaço do Cidadão - TCE/		Nova guia			
←	→	C	cidadao.tce.mt.gov.br/home/controleSocialReceita		
	Pesquisas e Serviços	Espaço do Cidadão	Espaço do Fiscalizado	Portal Transparência/SIC	PDI
		+ RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS		244.566,44	
		+ OUTRAS RECEITAS		8.511,41	
		+ RECEITAS DE CAPITAL		246.084,00	
		+ TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		246.084,00	
		+ TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		246.084,00	
		+ TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		246.084,00	
		+ TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		246.084,00	
		+ DEDUÇÕES DA RECEITA		-7.956.288,38	
		+ DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA		-87.097,08	
		+ DEDUÇÕES DE IMPOSTOS		-87.097,08	
		+ DEDUÇÕES DO IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA		-24.988,18	
		+ DEDUÇÕES DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA		-18.258,41	
		+ DEDUÇÕES DO IMPOSTO SOBRE A TRANSFERÊNCIA INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREIROS REAIS SOBRE IMÓVEIS		-6.729,77	
		+ DEDUÇÕES DO IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO		-62.108,90	
		+ DEDUÇÕES DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN		-62.108,90	
		+ DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES		-7.869.191,30	
		+ DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		-7.869.191,30	



Pesquisas e Serviços

Espaço do Cidadão

Espaço do Fiscalizado

Portal Transparéncia/SIC

PDI

Receitas

Relatórios Extraordinários

Remessas do Aplic

**Faça o seu cadastro
na Rede Cidadã****Ouvidoria
TCE-MT**Acesso a informações públicas
de um jeito fácil e rápido

Receita



Despesa

Políticas Públicas
Saúde e EducaçãoPolíticas Públicas
Segurança

IDEB

Consulta de
Obras Públicas

Decisões do TCE



Limites da LRF

Remessas do
AplicPortal
TransparénciaObras
ParalizadasAvisos de
Licitação**DESPESA****Institucional**

Conheça o Tribunal

História

Composição

Ministério Público de Contas

Fiscalizado

Pesquisas e Serviços

Processos

Jurisprudência

Decisões em Consulta

Legislação e Normativos

Certidão Negativa do Débito

Transparéncia

Consulta por assunto

Solicitação de Informação

Dúvidas Frequentes

Unidades de Atendimento

Imprensa

Notícias

Artigos

Publicações

TV Contas

Rádio TCE

Escola de Contas

Eventos

Ensino a Distância do TCE

Cursos

Certificados



Pesquisas e Serviços

Espaço do Cidadão

Espaço do Fiscalizado

Portal Transparência/SIC

PDI

MENU

Audiências Públicas

Atos de Pessoal

Contas Anuais

Despesas

GEO-OBRAS

Glossário

Governo Transparente

Indicadores

Índice IGFM TCE-MT

Índice IGF TCE-MT

Julgamentos

Licitação

Limites da LRF

Perguntas e Respostas

Despesas (Empenho)

Fiscalizando: CUIABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABA

[escolher outro município](#)

População: 551098 hab.

Território: 3362.755 (km²)

Ano Base: 2010 (IBGE)



O TCE-MT, como instrumento de cidadania, disponibiliza sem qualquer juízo de valor as despesas municipais informadas pelos gestores, por meio do sistema APLIC.

Selecionar uma Unidade Gestora para fiscalizar

Opções

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABA

Exercício:

2014

Limites da LRF

Consulta realizada em: 19/03/2015 - 16:35

Perguntas e Respostas

Políticas Públicas

Políticas Públicas

Pontos de Segurança

[Neveritas](#)

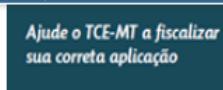
Remessas do Aplic



MÊS	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO
JANEIRO	491.754.702,40	34.726.319,32	23.143.943,70
FEVEREIRO	121.563.937,74	52.810.378,86	42.654.592,30
MARÇO	60.710.128,67	77.080.502,36	47.171.647,98
ABRIL	13.622.461,22	76.173.317,62	57.319.637,50
MAIO	60.581.609,80	83.543.523,17	86.255.574,00
JUNHO	56.910.649,01	88.799.082,30	68.735.586,00
JULHO	29.323.051,99	85.594.054,87	92.838.652,50
AGOSTO	41.797.682,31	85.089.522,23	75.096.919,20
SETEMBRO	33.604.461,93	98.280.453,58	72.142.890,20
OUTUBRO	36.603.931,47	87.571.446,22	71.252.971,60
NOVEMBRO	26.296.811,98	92.349.974,93	95.883.287,80
DEZEMBRO	89.303.919,67	159.614.734,36	123.709.769,60
TOTAL ACUMULADO	1.062.073.348,19	1.021.633.309,82	856.205.472,90

Selecione o período | 1º Semestre | 2º Semestre

Natureza de Despesa	Função	Órgão	Elemento de Despesa	Busca Avançada			
Natureza de Despesa							
Descrição	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Pessoal e Encargos Sociais	351.506.307,69	2.017,32	29.436,89	2.167.647,95	2.182.667,62	708.388,38	356.596.465,84
Outras Despesas Correntes	135.446.137,30	119.559.676,57	14.050.815,36	10.528.026,99	56.296.610,71	40.197.569,51	376.078.836,44
Investimentos	4.802.257,41	2.002.243,85	2.591.437,52	926.786,28	2.102.331,47	15.955.914,08	28.380.970,61
Juros e Encargos da Dívida	-	-	26.000.678,78	-	-	-	26.000.678,78
Amortização da Dívida	-	-	18.037.760,12	-	-	48.777,04	18.086.537,16
TOTAL ACUMULADO	491.754.702,40	121.563.937,74	60.710.128,67	13.622.461,22	60.581.609,80	56.910.649,01	805.143.488,83



Ajude o TCE-MT a fiscalizar
sua correta aplicação

Espaço do Cidadão ▾ | Espaço do Fiscalizado ▾ | Portal Transparéncia/SIC ▾

NOVEMBRO 26.296.811,98 92.349.974,93 95.883.287,87

DEZEMBRO 89.303.919,67 159.614.734,36 123.709.769,62

TOTAL ACUMULADO	1.062.073.348,19	1.021.633.309,82	856.205.472,9
------------------------	------------------	------------------	---------------

Selecione o período | 1º Semestre | 2º Semestre

Natureza de Despesa	Função	Órgão	Elemento de Despesa	Busca Avançada			
Natureza de Despesa							
Descrição	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Pessoal e Encargos Sociais	351.506.307,69	2.017,32	29.436,89	2.167.647,95	2.182.667,62	708.388,38	356.596.465,84
Outras Despesas Correntes	135.446.137,30	119.559.676,57	14.050.815,36	10.528.026,99	56.296.610,71	40.197.569,51	376.078.836,44
Investimentos	4.802.257,41	2.002.243,85	2.591.437,52	926.786,28	2.102.331,47	15.955.914,08	28.380.970,61
Juros e Encargos da Dívida	-	-	26.000.678,78	-	-	-	26.000.678,78
Amortização da Dívida	-	-	18.037.760,12	-	-	48.777,04	18.086.537,16
TOTAL ACUMULADO	491.754.702,40	121.563.937,74	60.710.128,67	13.622.461,22	60.581.609,80	56.910.649,01	805.143.488,83

Institucional

[Conheça o Tribunal](#)
[História](#)
[Composição](#)
[Ministério Público de Contas](#)
[Fiscalizados](#)
[Ouvidoria](#)
[Corregedoria](#)

Pesquisas e Servicos

[Processos](#)
[Jurisprudência](#)
[Legislação e Normativos](#)
[Certidão Negativa de Débitos](#)
[PUG - Área Restrita](#)
[GEO-OBRAS](#)
[Boleto Online](#)

Transparéncia

[Consulta por assunto](#)
[Solicitação de Informação](#)
[Dúvidas Frequentes](#)
[Unidades de Atendimento](#)

Imprensa

[Notícias](#)
[Artigos](#)
[Publicações](#)
[TV Contas](#)
[Rádio TCE](#)
[Sessão Plenária](#)
[Galeria de Fotos](#)

Escola de Contas

- [Eventos](#)
- [Ensino a Distância do TCE](#)
- [Cursos](#)
- [Certificados](#)

CONTROLE EXTERNO (ART. 71, CF/1988)

ENTE FEDERATIVO	TITULAR	TIPO DE CONTROLE	ÓRGÃO AUXILIAR	TIPO DE CONTROLE
UNIÃO	CONGRESSO NACIONAL	POLÍTICO	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	TÉCNICO
ESTADOS	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	POLÍTICO	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	TÉCNICO
MUNICÍPIOS	CÂMARA DE VEREADORES	POLÍTICO	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (REGRA)	TÉCNICO

TRIBUNAL DE CONTAS COMO ÓRGÃO AUXILIAR DO PODER LEGISLATIVO NO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO

Os Tribunais de Contas (TC's) estão previstos constitucionalmente no capítulo dedicado ao Poder Legislativo.

MAS

Não integram o Poder Legislativo;

Nem estão a ele subordinados.

Relação PODER LEGISLATIVO X TRIBUNAL DE CONTAS = RELAÇÃO DE COOPERAÇÃO.

“O Tribunal de Contas não é preposto do Legislativo. A função que exerce recebe diretamente da Constituição Federal, que lhe define as atribuições”. STF

ASPECTOS DO CONTROLE EXTERNO

A fiscalização é realizada considerando os aspectos da:

- ✓ **Legalidade** - vinculação à lei;
- ✓ **Legitimidade** – vinculação aos interesses fundamentais da sociedade;
- ✓ **Economicidade** – ato realizado de modo a obter o resultado a um custo razoável (não necessariamente o menor custo).

TRIBUNAL DE CONTAS

ORIGEM DOS RECURSOS	ÓRGÃO FISCALIZADOR	NATUREZA DO ÓRGÃO	ABRANGÊNCIA
FEDERAL	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)	FEDERAL	TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
ESTADUAL	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	ESTADUAL	ENTE FEDERATIVO
MUNICIPAL	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (REGRA)	ESTADUAL	MUNICÍPIO
MUNICIPAL	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (EXCEÇÃO)	ESTADUAL	TODOS OS MUNICÍPIOS DO ESTADO(BA, CE, GO e PA)
MUNICIPAL	TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO (EXCEÇÃO) vedada a criação após a CF/1988	MUNICIPAL	RJ e SP

ORIGEM DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

→ **No mundo:** França 1º Tribunal de Contas – Revolução Francesa – 1789.

- *Todo agente público deve prestar contas à sociedade.*

→ **No Brasil:** 1º TCU – Criação em 1890. Inspiração de Ruy Barbosa. Instalação em 1893.

ORIGEM DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Estado do Mato Grosso: 1953/1954

O controle das contas públicas no Estado de Mato Grosso:

- ❖ Inicialmente era realizado por uma Comissão Legislativa estadual;
- ❖ Após a reforma da Constituição do Estado (1953), extingui-se a Comissão Legislativa e foi criado o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT).

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO

NEGÓCIO:

Controle externo.

MISSÃO:

Garantir o controle externo da gestão dos recursos públicos, mediante orientação, fiscalização e avaliação de resultados, contribuindo para a qualidade e a efetividade dos serviços, no interesse da sociedade.

VISÃO:

Ser reconhecido pela sociedade como instituição essencial e de referência no controle externo da gestão dos recursos públicos.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

(PRINCÍPIO DA SIMETRIA – ART. 75, CF/1988)

Art. 46 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da Administração Pública direta e indireta, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 47 O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado (...)

COMPOSIÇÃO TCE/MT

MEMBROS	CONSELHEIROS	CONSELHEIROS SUBSTITUTOS	PROCURADORES DE CONTAS
COMPOSIÇÃO	7	7	4
INGRESSO	3 escolhidos pelo Governador do Estado; 4 pela Assembleia Legislativa	CONCURSO PÚBLICO	CONCURSO PÚBLICO
GARANTIAS, PRERROGATIVAS, IMPEDIMENTOS	= MEMBROS MAGISTRATURA	= MEMBROS MAGISTRATURA	= MEMBROS MINISTÉRIO PÚBLICO
ATUAÇÃO	Como relator preside a instrução do processo, competindo-lhe submeter sua proposta de decisão à deliberação do Tribunal (colegiado)	Como relator preside a instrução do processo, competindo-lhe submeter sua proposta de decisão à deliberação do Tribunal (colegiado)	FISCAL DA LEI (emissão de parecer)

COMPOSIÇÃO TCE/MT

CORPO TÉCNICO

AUDITORES

INGRESSO

CONCURSO PÚBLICO

ATUAÇÃO

**INSTRUÇÃO DE PROCESSOS E
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO**

COMPETÊNCIAS DO TCE/MT

- ✓ Julgamento de contas dos administradores públicos;
- ✓ Apreciação e emissão de parecer prévio sobre as contas dos chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal;
- ✓ Realização de auditorias;
- ✓ Fiscalização de obras, contratos e editais;
- ✓ Fiscalização de programas de governo;
- ✓ Apreciação de denúncias e representações;
- ✓ Apreciação de atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria;
- ✓ Adoção de medidas cautelares;
- ✓ Aplicação de sanções.

FUNÇÕES DO TCE/MT

- Função fiscalizadora
- Função judicante
- Função consultiva
- Função normativa
- Função informativa
- Função corretiva
- Função sancionadora
- Função de ouvidoria

FORMAS DE ATUAÇÃO DO TCE/MT

PREVENTIVA

- (controle concomitante, alerta, representação)

ORIENTATIVA

- (consultas, cursos, seminários, palestras)

PUNITIVA

- (aplicação de sanções legais)

CORRETIVA

- imputação de débito, correção de atos ilegais, sustar a execução de atos, efetuar recomendações e determinações, Termo de Ajustamento de Gestão

CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS PÚBLICAS

(Estado e Municípios)



Parecer Prévio

- Contas do Governador

TCE – Parecer Prévio (parecer técnico
a ser elaborado em 60 dias)



**Assembleia Legislativa
Julga as contas de governo**



CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS PÚBLICAS

(Estado e Municípios)



Parecer Prévio

- **Contas dos Prefeitos**
(TCE - parecer técnico
60 dias para elaborar)

Câmara de Vereadores

(obs: o parecer prévio só deixará de prevalecer por 2/3 dos vereadores – quase vinculativo)



JULGA as demais contas

Contas de gestão do TJ, MP, DP, AL,
das Prefeituras, Câmaras de Municipais e demais
secretarias, autarquias, fundações e empresas
públicas estaduais e municipais.

IMPLICAÇÕES – CONTAS IRREGULARES

- Instauração de ações civis e penais, nos casos de dano ao Erário por ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, e desfalque de recursos públicos.
- Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública Estadual.
- Decretação de indisponibilidade de bens.
- Suspensão do recebimento de transferências voluntárias.

IMPLICAÇÕES – CONTAS IRREGULARES

- **Condenação do responsável ao pagamento do débito/multa**
- **Possibilidade de aplicação de multa de até 10% do valor do dano**
- **Cobrança judicial do débito**
- **Possibilidade de aplicação de multa de até 1.000 UPFs/MT**
- **Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, por período de 5 a 8 anos**
- **Declaração, pela Justiça Eleitoral, de inelegibilidade para cargos eletivos.**

“Quanto mais um governo age em segredo, mais longe ele se encontra do ideal democrático”.

Dalmo de Abreu Dalari



Tribunal de Contas
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

gab.joaobatista@tce.mt.gov.br

3613-2947

Obrigada!

Rua Conselheiro Benjamin Duarte Monteiro, s/n
Edifício Marechal Rondon
Centro Político e Administrativo
CEP.: 78.049-915 – Cuiabá - MT